



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2018

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

1. PREÂMBULO

1.1 - **O MUNICÍPIO DE SANTA INÊS**, Estado de Paraná, de conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21/06/93, atualizada pela Lei nº. 8.883 de 08/06/94 e suas alterações, torna público para conhecimento de todas as empresas que estão de acordo com o Parágrafo Primeiro do art. 22 da Lei Federal nº. 8.666/93 e modificações posteriores, que fará realizar em sua sede à Rua Governador Munhoz da Rocha, nº 200 - Centro, **26 de outubro de 2018, às 14h00min horas,** licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a Contratação de uma empresa visando a realização de obra de engenharia, sob o regime de empreitada global com execução por preço unitário, compreendendo material e mão de obra, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA DAR CONTINUIDADE AO CONTRATO Nº 027/2014, DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, QUE TEM COMO OBJETO A REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E ADJACENCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AO PROCESSO Nº 2613.1011575-80 DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 795554/2013/MTUR/CAIXA, e com interveniência da através da CAIXA ECONOMICA FEDERAL e o MUNICIPIO DE SANTA INÊS/PR**, tudo em acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais projetos pertinentes aprovados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, com **VISITA TÉCNICA** nos termos do item 1.4 deste edital, tudo em acordo com, Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Complementar nº. 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014, e ainda, com as condições gerais e especiais deste Edital e seus Anexos.

1.2 - **TIPO DE LICITAÇÃO**: MENOR PREÇO GLOBAL

1.3 - **LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E ANEXOS**: O Edital será fornecido gratuitamente no site e no portal da transparência deste município, ou mediante solicitação por correio eletrônico (**e-mail**), onde serão fornecidos os arquivos contendo as instruções e condições para participação aos interessados. Podem os interessados obter melhores informações junto a Comissão de Licitação, situada na Rua Governador Munhoz da Rocha, nº. 200, Centro, em horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 16h e 30m pelo telefone OXX 44-3313-1375 ou por via digital mediante e-mail: licitacoes@santaines.pr.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

1.4 - **DIA E LOCAL PARA VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA À OBRA:** A visita técnica obrigatória aos locais das obras será realizada pelo responsável técnico ou preposto da Licitante, devidamente credenciado, juntamente com um profissional do município entre os dias **19, 22, 23, 24, 25 de Outubro de 2018, das 09h às 11h e das 13h às 17h 00m**, sendo o lugar de encontro no Departamento de Compras, no endereço supra mencionado, no qual deverá ser agendado **PREVIAMENTE** a data e horário da visita a ser realizada.

1.5 - DIA, HORA E LOCAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES Nº 1 – DOCUMENTOS E Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS: **26 de outubro de 2018, às 14h00min horas**, no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Santa Inês/PR, localizado na Rua Governador Munhoz da Rocha, nº. 200, Centro, Santa Inês/PR.

1.6 - O Edital Tomada de Preços nº **002/2018** e seus Anexos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, especificações de serviços e materiais, projetos e demais documentos pertinentes encontram-se à disposição dos interessados, para exame, junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Santa Inês/PR, localizada no endereço constante do preâmbulo deste.

1.7 - A Comissão Permanente de Licitação e Contratos fornecerá elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação, no departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Santa Inês/PR, localizado na Rua Governador Munhoz da Rocha, nº. 200, Centro, **das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas**.

1.8 - As consultas deverão ser formuladas por escrito e dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Contratos, através do protocolo, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

1.9 - Nos termos do §2º, art. 41, Lei nº. 8.666/93, decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Prefeitura Municipal de Santa Inês o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

1.10 - Os pedidos de impugnações relacionados com a licitação deverão ser solicitados por escrito e encaminhados à Comissão Permanente de Licitações, através do protocolo, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital. Somente serão aceitos documentos por escrito, vedado o uso de “fax símile”, e-mail e semelhantes.

1.11 - DO CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – A despesa oriunda do presente contrato atende aos requisitos da Lei Complementar nº. 101/2000, na medida em que existe dotação específica para acudir a despesa, com saldo orçamentário, há disponibilidade financeira, e esta encontra prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA.

2. OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

2.1 - Contratação de uma empresa visando a realização de obra de engenharia, sob o regime de empreitada global com execução por preço unitário, compreendendo material e mão de obra, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA DAR CONTINUIDADE AO CONTRATO Nº 027/2014, DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, QUE TEM COMO OBJETO A REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E ADJACENCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AO PROCESSO Nº 2613.1011575-80 DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 795554/2013/MTUR/CAIXA, e com interveniência da através da CAIXA ECONOMICA FEDERAL e o MUNICIPIO DE SANTA INÊS/PR**, tudo em acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais projetos pertinentes aprovados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2.2 - **Integram o Edital todos os projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico financeiros da obra**, e demais documentos pertinentes anexos a este Edital, os quais fazem parte integrante deste objeto para todos os fins, independentemente de transcrição.

2.3 - O valor estimado da obra é de **R\$ 200.922,62 (Duzentos mil novecentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos)**, sendo que tal valor será pago com recursos:

- Da União via Convênio, no valor de R\$ 195.922,62 (cento e noventa e cinco mil novecentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos);
- De Contrapartida Municipal no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O regime de execução será indireto, na modalidade de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL COM EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, compreendendo material e mão de obra, conforme especificações, planilhas de quantitativos, cronograma físico - financeiro e integrantes deste Edital.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 - A presente Tomada de Preços e conseqüente contratação serão regidas pela Lei nº. 8.666/93 e respectivas alterações, Lei Complementar nº. 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014, e demais normas regulamentares da matéria, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e seus Anexos e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

5. COMPROMETIMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 O valor orçado pela Administração encontra-se devidamente comprometido conforme inciso III, § 2º, artigo 7º da lei nº. 8666/93 e alterações. As despesas decorrentes do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

originado desta licitação têm previsão legal no orçamento para o presente exercício financeiro com vinculação respectiva na(s) rubrica(s) orçamentária(s):

- **Do Governo Federal via Termo de Compromisso nº 795554:**

As despesas decorrentes do presente Contrato de Repasse correrão pelo GOVERNO FEDERAL através do MINISTÉRIO DO TURISMO e por intermédio da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, nota de Empenho nº. 2013NE801273, emitida em 12/12/2013;

- Unidade Gestora 540007;
- Gestão 00001;
- Plano de Trabalho 23695207610V0 001

- **Do Município via Contrapartida Municipal:**

| Código da Despesa | Fonte | Descrição |
|---|-------|--|
| 08.002.15.451.0010.1.034.4.4.90.51.00.00. | | Reforma do Terminal rodoviário municipal e adjacências |
| 449051 (100) | | Obras e Instalações |

6. VALIDADE DA PROPOSTA

6.1 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias** da abertura do **Envelope n.º 2 - PROPOSTA**.

7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DA OBRA E RECEBIMENTO

7.1 - Os prazos de execução da obra são os seguintes:

- a) - em até **05 (cinco) meses**, após a emissão e recebimento da respectiva ORDEM DE SERVIÇO.
- b) - para **recebimento provisório** pelo responsável por seu acompanhamento/fiscalização e/ou Comissão de Vistoria, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias corridos de comunicação escrita da conclusão da obra por parte da **CONTRATADA**;
- c) - para **observação** da obra: 30 (trinta) dias corridos, contados do **recebimento provisório**;
- d) - para **recebimento definitivo pela Comissão designada pela Direção da Unidade**, até 15 (quinze) dias corridos após o decurso do prazo de observação, nos termos do artigo 73, I, "b", da Lei nº. 8.666/93, e alterações, **considerando esta data como término da obra**.

7.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço e dos materiais empregados, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos no contrato e nas leis pertinentes.

7.3 - O Município de Santa Inês/PR, rejeitará, no todo ou em parte, a obra / serviço executado em desacordo com o contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - O Município de Santa Inês/PR pagará ao contratado pelo cumprimento da integralidade do objeto contratado a importância total de R\$ [**preço definido pelo licitante no valor global da proposta**].

8.2 - O pagamento será efetuado através de medições parciais, em moeda corrente do país, após a expedição do Termo de Recebimento vistado, pelo gestor responsável pela fiscalização do contrato e em acordo com cronograma físico do Município de Santa Inês/PR.

8.3 - Para que se dê início ao procedimento de pagamento, o contratado deverá entregar ao o Município de Santa Inês/PR, os seguintes documentos:

- a) - nota fiscal / fatura referente à parcela executada / liberada;
- b) - prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF);
- b) - prova de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (CND);
- c) Certidão negativa de débito relativo à tributos federais, estaduais e municipais;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

8.4 - Caso o contratado não cumpra o disposto no que se refere às contribuições e regularização perante o INSS ou for apurada alguma divergência nos documentos apresentados, o Município de Santa Inês/PR, de acordo com o art. 31 da Lei Federal nº. 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº. 9.711/98, reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal / fatura de prestação de serviços e recolherá ao INSS a importância retida até o dia dois do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal / fatura, em nome do contratado.

8.5 - O pagamento será efetuado, através de depósito em conta corrente a ser indicada por escrito pelo contratado.

8.6 - Caso o contratado não cumpra o disposto no item 8.3 e não for o caso de adoção da providência prevista no item 8.5, o Município de Santa Inês/PR não efetuará o pagamento, não incorrendo em qualquer cominação por atraso de pagamento até o regular cumprimento das obrigações pelo contratado.

8.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente liquidação de multa ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.

8.8 - Não haverá qualquer atualização financeira dos valores a serem pagos entre a data de execução das obras e a data de apresentação das notas fiscais / faturas e desta até a data de vencimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

9. AQUISIÇÃO DO EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS

9.1 - O Edital será fornecido gratuitamente no site e no portal da transparência deste município, ou mediante solicitação por correio eletrônico (**e-mail**), onde serão fornecidos os arquivos contendo as instruções e condições para participação aos interessados. Podem os interessados obter melhores informações junto a Comissão de Licitação, situada na Rua Governando Munhoz da Rocha, n.º. 200, Centro, em horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 16h e 30m pelo telefone (0XX) 44 – 3313-1375

10. VISITA AO LOCAL DA OBRA

10.1 - Os licitantes deverão vistoriar os locais de execução da obra.

10.2 - A visita técnica obrigatória aos locais das obras será realizada pelo responsável técnico ou preposto da Licitante, devidamente credenciado, juntamente com um profissional do município entre os dias **19, 22, 23, 24, 25 de Outubro de 2018, das 08h às 11:30h e das 13h às 17h 00m**, sendo o lugar de encontro no Departamento de Compras, no endereço supra mencionado, no qual deverá ser agendado PREVIAMENTE a data e horário da visita a ser realizada. **Todos os representantes dos licitantes interessados serão devidamente conduzidos pelo engenheiro responsável do município** ou preposto indicado pelo mesmo, para constatar as condições de execução, efetuar levantamentos e tomar conhecimento de todos os elementos necessários à elaboração da proposta e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, os quais visitarão os locais das obras e serviços referidos neste edital. A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

10.3 - Serão emitidos **ATESTADOS DE VISITA TÉCNICA** conforme modelo do **ANEXO IV**. Tal atestado será juntado no envelope “**DOCUMENTAÇÃO**”.

11. ESCLARECIMENTOS RELATIVOS À LICITAÇÃO

11.1 - Os esclarecimentos administrativos e técnicos eventualmente considerados indispensáveis para formulação da **PROPOSTA** e apresentação da **DOCUMENTAÇÃO** poderão ser solicitados por escrito, pela licitante à Comissão Permanente de Licitações **DURANTE a visita técnica** sem prejuízo de outras informações requeridas no decorrer da reunião.

11.2 - Podem os interessados obter melhores informações junto a Comissão Permanente de Licitações, sediada na Rua Governador Munhoz da Rocha, n.º. 200, Centro, em horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 16h e 30m pelo telefone (0XX) 44 -3313 - 1375.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

12. CREDENCIAMENTO DA EMPRESA PARA VISITA AO LOCAL DA OBRA

12.1 - O credenciamento da empresa licitante, para participar de **VISITA AO LOCAL DA OBRA**, nos termos do **item 10. e subitens**, consoante previsão contida no **item 11**, far-se-á mediante autorização por escrito do(s) representante(s) legal(is) da proponente, devidamente comprovada esta qualificação e a autorização assinada pela pessoa competente.

12.2 - Os documentos a que se referem os subitem anterior, a critério do(s) representante(s) legal(is) do proponente, poderão ser substituídos por instrumentos de procuração pública, **facultando-se** a utilização do modelo de **CREDENCIAL** contemplado no **ANEXO V – (Modelo de Credenciamento para Visitação da Obra)**;

12.3 - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento, para a visita ao local da obra, não impedirá a empresa de realizá-la devendo a licitante no prazo máximo até a data de abertura dos envelopes apresentar o documento faltante, sob pena de ser excluída da participação do certame.

13. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

13.1 - Empresa licitante interessada deverá apresentar ao departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Santa Inês/PR, localizado na Rua Governador Munhoz da Rocha, nº. 200, na cidade de Santa Inês/PR, de acordo com a indicação do **item 1, subitem 1.6.**, deste **EDITAL**, ou seja, até **26 de outubro de 2018, às 14h00min horas**, em 02 (dois) envelopes separados e devidamente fechados, a **PROPOSTA** exigida no **item 14 e subitens**, e a **DOCUMENTAÇÃO** conforme **item 15, subitem 15.1, letras e subitens 15.2. e 15.2.1.**, identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO

ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA

13.2 - Os envelopes deverão apresentar, em sua parte externa, a razão social e/ou timbre da empresa proponente e os seguintes dizeres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

Ao MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR

Tomada de Preços nº. 002/2018

ENVELOPE 1 - DOCUMENTAÇÃO

[Nome do licitante: razão social ou denominação e nome fantasia, se houver]

Ao MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR

Tomada de Preços nº. 002/2018

ENVELOPE 2 - PROPOSTA

[Nome do licitante: razão social ou denominação e nome fantasia, se houver]

13.3 - Apresentar no **ENVELOPE 01 - DOCUMENTOS** a Declaração constante no **ANEXO II** deste Edital;

13.4 - Os envelopes previstos neste instrumento convocatório serão abertos em sessão pública pela Comissão de Julgamento, observadas as disposições indicadas no **item 17 e subitens** deste **EDITAL**.

13.5 - Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Santa Inês/PR, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das proibições elencadas no art. 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

13.6 - Os documentos integrantes do **ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO** poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração (mediante apresentação do respectivo original para cotejo da Comissão Permanente de Licitação), ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet, preferencialmente encadernados em pasta, para que não existam folhas soltas, numeradas e rubricados pelo responsável ou representantes legal da proponente.

13.6.1 - A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original, por ocasião da abertura dos **ENVELOPES**, nos termos do item 16, ou da formalização da **CONTRATAÇÃO**, nos termos do **item 23**, para fim de conferência e autenticação pela Comissão Permanente de Licitações e/ou servidor responsável.

13.6.1.1 - Para fim da previsão contida no **subitem 13.6.1.**, o documento original a ser apresentado **não deve integrar os ENVELOPES**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

- Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Comissão Permanente de Licitações, mediante consulta ao “site” do órgão emissor.

13.7 - A **PROPOSTA - ENVELOPE N. 2** - deverá ser datilografada ou impressa, sempre em 01 (uma) via, em língua portuguesa, salvo quanto as expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras que prejudiquem sua análise, entrelinhas ou cláusulas resolutivas, assinada pelo responsável ou representante legal, com a indicação do cargo, contendo, ainda, as especificações estabelecidas no **item 14, subitem 14.1., letras e subitens 14.2. e 14.2.1.**

13.8 - Os documentos integrantes da **PROPOSTA** também deverão ser, preferencialmente, encadernados/preparados em pasta, para que não existam folhas soltas, numeradas e rubricadas pelo responsável ou representantes legal da proponente.

13.9 - A apresentação dos documentos integrantes do **ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA** obedecerá também os comandos contemplados nos **subitens 13.6, 13.6.1., 1ª parte, 13.6.1.1., 13.6.3. e 13.7.**

13.10 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes, não serão admitidas quaisquer retificações e **nem será permitida a participação de proponente retardatário.**

13.11 - Nos termos do art. 43, §3º, da Lei nº. 8.666/93, é facultada à Comissão Permanente de Licitação e Contratos ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

14. APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE PROPOSTA

14.1 - Os documentos que integrarão a proposta deverão ser elaborados em língua portuguesa de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e apresentados em uma via, datilografada ou digitada, datada, assinada pelo representante do licitante na última folha da carta proposta e rubricada nas demais, devendo conter as seguintes especificações:

14.1.1. – Proposta de preços de acordo com **ANEXO I**, contendo:

- I. - O nome do licitante (razão social ou denominação e nome fantasia, se houver), nº do CNPJ e Inscrição Estadual e endereço;
- II. - Menção de que a proposta refere-se a Tomada de Preços nº 002/2018 e a indicação sucinta do objeto;
- III. - Indicação, em moeda nacional (Real) e em algarismos e por extenso, do **PREÇO GLOBAL** ou **VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**;
- IV. Prazo para conclusão da obra/serviços, respeitado o limite fixado no **item 07, subitem 7.1, letra “a”**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

V. - Prazo para conclusão da obra/serviços, respeitado o limite fixado no **item 07, subitem 7.1, letra**

VI. - Prazo de validade da proposta, que **não deverá ser inferior a 60 (sessenta dias)**, contados da data de entrega da proposta;

14.1.2. - Planilha dos serviços, quantidades e **preços unitários de cada item**, conforme Planilha Orçamentária /Quantitativos (Preços Unitários e Percentuais) **ANEXO XI**;

I. - Preço global de cada item e das diversas etapas dos serviços previstos;

II. - Preço global da obra e dos serviços;

14.1.3 - Cronograma físico-financeiro de desenvolvimento da obra/serviços, observado o prazo fixado do **item 7, subitem 7.1, letra “a”**. - **ANEXO XII**.

14.1.4 - Declaração expressa de que o preço proposto inclui todos os custos e despesas com material, equipamento, ferramenta, mão-de-obra, locomoção, transporte, hospedagem, seguro, leis sociais, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa do objeto deste Edital (modelo referencial declaração expressa e que o preço proposto inclui todos os custos e despesas com material) **ANEXO IX**.

14.1.5 - Declaração expressa de atendimento a todas as especificações do objeto da Tomada de Preços nº. **002/2018** e de conhecimento de todas as cláusulas e condições expressas na Minuta do Contrato (modelo referencial declaração) **ANEXO X**.

14.2 - Os preços cotados deverão ser expressos em reais, vedada a inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária, tendo **como data base o mês da apresentação da PROPOSTA**.

14.2.1 -O preço unitário deverá ser expresso em algarismo e o total em algarismo e por extenso.

14.3 - Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Santa Inês/PR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

15. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS”

15.1 - As licitantes interessadas serão consideradas habilitadas no certame se atenderem os requisitos deste edital e ainda:

15.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, conforme exigido no Art. 43 da Lei Complementar nº. 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº.147/2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da Regularidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

Fiscal de que trata o subitem 15.2.2 abaixo, mesmo que esta documentação apresente alguma restrição:

- a) - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) - A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº. 8666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

15.2.1 - Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

- a. - Cédula de identidade dos diretores ou sócios responsáveis pela empresa;
- b. - Certidão de registro comercial, no caso de empresa individual;
- c. - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (expedido pelo Registro de Comércio ou Junta Comercial);
- d. - Prova de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de registro do ato de eleição da diretoria em exercício (expedida pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas);

15.2.2 - Documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL**.

- a. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**C.N.P.J.**);
- b. - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débito) e **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débito do domicílio ou sede da proponente), com prazo de validade em vigor (Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final da entrega dos envelopes);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

- d. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, por meio da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com prazo de validade em rigor (Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final da entrega dos envelopes);
- e. Prova de regularidade relativa à seguridade social, com apresentação da Certidão Negativa de Débito, fornecida pelo **INSS**, com prazo de validade em vigor;
- f. Prova da regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**F.G.T.S.**), com a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação - CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor.
- g. Prova de regularidade com o a justiça do trabalho mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** (www.tst.gov.br – Lei nº. 12.440/2011)

15.2.3 - Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

- a. - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada e sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta
- b. - Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, onde conste o prazo de validade e não havendo somente será aceita com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
- c. - Comprovação de capital mínimo no valor de **R\$ 20.092,26 (Vinte mil noventa e dois reais, vinte e seis centavo)**, totalmente subscrito, integralizado e registrado até a data de abertura indicada neste Edital, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a obra (§ 3º do artigo 31 da Lei nº. 8.999/93);
 - c.1 - A comprovação de capital, que deverá ser feita mediante apresentação da cópia do contrato social/última alteração ou mediante a certidão da junta comercial;
- d. - Comprovante de recolhimento de **garantia de participação na licitação** deverá ser protocolado e endereçado à tesouraria do município até o final de expediente do dia **26 de Outubro de 2018**, nas modalidades previstas no inciso III do art. 31, combinado com o § 1º do art. 56, da Lei nº. 8.666/93, no valor de **R\$ 10.046,13 (Dez mil e quarenta e seis reais e treze centavos)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

- e. - Caso o licitante opte pela modalidade de fiança bancária ou de seguro garantia, a validade mínima de garantia deverá ser de 60 (sessenta) dias, a partir da data prevista para abertura da Documentação de habilitação.
- e. – Os Títulos da Dívida Pública somente serão aceitos se a proponente apresentar prova de que os mesmos foram escriturados no sistema centralizado de liquidação e custódia (SELIC) e seu valor econômico será aquele certificado pelo Ministério da Fazenda, conforme o artigo 61 da Lei complementar nº. 101/2000.

15.2.4 - Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a. - Registro da empresa proponente no CREA ou CAU do Estado do Paraná. Para o caso da empresa proponente não registrada no CREA/Pr ou CAU/Pr, o respectivo Registro deverá ser visto pelo CREA ou CAU do Estado do Paraná;
- b. - Certidão atualizada de registro de PESSOA FÍSICA (PROPONENTE), expedida pelo CREA/Pr ou CAU/Pr. Para o caso da pessoa física não registrada no CREA/Pr ou CAU/Pr, a respectiva Certidão deverá ser visto pelo CREA ou CAU do Estado do
- c. - Atestado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, nos termos do art. 30, § 1º da Lei nº. 8.666/93, comprovando que a Licitante executou obras com características semelhantes às obras previstas neste Edital.
- d. - Comprovação de que o profissional (constante na alínea “b”) acima integra o quadro permanente da empresa, na data prevista para entrega dos Envelopes, que deverá ser feita mediante apresentação de Carteira de Trabalho ou, Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda Contrato Social.
- e. - Atestado de VISITA TÉCNICA, na forma do item 10 e subitens deste **EDITAL**, (modelo referencial atestado de visita técnica) **ANEXO IV**.

15.2.5 – DECLARAÇÕES:

- a. - Declaração de que a empresa mencionada acima, inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta, Indireta ou Autárquica; (modelo declaração inexistência e fato impeditivo) **ANEXO II**.
- b. - Declaração de que a empresa licitante não tem, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos cumprindo trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 (dezesseis) anos desempenhado qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(quatorze) anos, podendo ser utilizado o **ANEXO III** (modelo referencial de declaração de regularidade em relação ao Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88);

- c. - Declaração que preenche os requisitos da Lei Complementar nº. 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014, no caso das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme modelo do **ANEXO VII**;
- d. - Declaração do licitante de que recebeu toda a documentação relativa a Tomada de Preços supramencionada e que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, conforme modelo do **ANEXO VIII**;

16. HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO DA LICITANTE

16.1 A habilitação destina-se a verificar se a licitante atendeu às exigências previstas no **item 15 e subitens**.

16.2 - Será considerada **INABILITADA** a licitante que:

16.2.1 - Não apresentar documentação em conformidade com as exigências ou deixar de apresentá-la;

16.2.2 - Apresentar documentação cuja regularidade esteja vinculada à abertura e exame do conteúdo do **envelope nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**.

16.3 - Ocorrendo a inabilitação de todas as licitantes, a Administração poderá solicitar a apresentação de nova **documentação**, escoimada(s) a(s) causa(s) que deu(ram) origem à ocorrência.

16.3.1 - Na hipótese de adoção da previsão do **subitem 16.3.**, o procedimento indicado deverá ser levado a efeito no prazo de até 8 (oito) dias úteis, contados do recebimento da notificação por parte da licitante, implicando, ainda, na apresentação de todos os documentos exigidos no **item 15 e subitens**, independentemente do(s) documento(s) que tenha(m) dado causa à inabilitação.

16.4 - A licitante que for considerada desclassificada poderá retirar o **envelope n.º 02- PROPOSTA DE PREÇOS**, devidamente fechado e indevassado, após o decurso do prazo para recurso ou depois de seu julgamento.

16.4.1 - O envelope **PROPOSTA DE PREÇOS** das licitantes desclassificadas, ficará à disposição das mesmas no Setor de Compras, durante o prazo de 30 (trinta) dias, contado da previsão estabelecida no **subitem** anterior. Não sendo retirado no aludido prazo, será incinerado.

16.4.2 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte tenha qualquer restrição quanto à documentação apresentada para sua habilitação relativa a sua regularidade fiscal, terá o prazo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua declaração de vencedora da licitação, para sanar a irregularidade pendente, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.4.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por até mais dois dias úteis a pedido da licitante ficando a critério da Administração a sua concessão.

16.4.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014 deverão apresentar **DECLARAÇÃO** assinada pelo REPRESENTANTE LEGAL da empresa, manifestando essa condição, conforme modelo constante do **Anexo VII**, *acompanhada de ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou documento expedido pela Receita Federal, onde conste que o licitante é microempresa ou empresa de pequeno porte*. A não apresentação dessa declaração implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, esse tratamento diferenciado e favorecido para o certame.

16.4.5 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou por membro da Comissão Permanente de Licitação do MUNICÍPIO DE SANTA INES/PR mediante cotejo com o documento original (desde que perfeitamente legíveis, no momento da fase processual que esteja em andamento ou antes do início do certame público à critério do Presidente da Comissão Permanente de Licitações), ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

16.4.5.a. - A Comissão Permanente de Licitações não autenticará cópias de documentos autenticados em cartório, somente cópia de documentos apresentados em ORIGINAL para cotejo da mesma. 16.4.5.a. Cópias autenticadas em cartório NÃO serão consideradas como documentos "originais".

16.4.6 - As certidões que não tiverem especificados os seus prazos de validade, serão aceitas com 60 (sessenta dias) a partir da data de expedição.

16.4.7 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

17. ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

17.1 - No dia, hora e local indicados no **item 1, subitem 1.6.** deste **EDITAL**, na presença dos representantes, a Comissão de Julgamento procederá à abertura dos envelopes **DOCUMENTAÇÃO**. Abertos os envelopes **DOCUMENTAÇÃO**, os documentos serão rubricados pelos integrantes da Comissão permanente de Licitações e pelos representantes e analisados nos termos dos **itens 15, 16 e 17.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

17.2 - O julgamento das propostas poderá ser levado a efeito na mesma sessão prevista (atendidas as exigências legais) no **subitem 17.7.**, ou em data a ser definida pela Comissão Permanente de Licitações, sendo que a comunicação do resultado da licitação será objeto de publicação no Diário Oficial do Município e no placar do átrio da Prefeitura Municipal de Santa Inês, na rua Governador Munhoz da Rocha, n. 200, Centro, inclusive com a indicação e a ordem do(s) licitante(s) classificado(s), bem como o apontamento daquele(s) que tenha(m) sido desclassificado(s).

17.3 - Abertos os envelopes contendo a proposta comercial das licitantes, havendo a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte lhes será assegurada preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

17.3.1 – O Presidente da Comissão no momento de abertos os envelopes contendo as propostas comerciais convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte que estiver participando da licitação, e detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta mais bem classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, durante a seção de abertura dos envelopes, sob pena de preclusão do direito de preferência. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item anterior.

17.3.2 - Não havendo a apresentação de novo preço inferior ao preço da proposta mais bem classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte cujos valores das propostas enquadrem nas condições do item 17.

17.3.3 - No caso da melhor oferta na licitação já ter sido feita por uma microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à fase seguinte do procedimento.

17.4 - Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas dos trabalhos desenvolvidos, as quais deverão ser assinadas pelos Membros da Comissão e pelos Representantes das Empresas.

17.5 - O instrumento que credencia o responsável legal ou representante da empresa na licitação, inclusive dando-lhe autoridade para desistir de recursos, deverá ser apresentado separadamente a documentação constante no envelope 01-DOCUMENTOS.

17.6 - Decorrido o prazo de recurso contra o julgamento da **classificação** ou não providos aqueles que foram interpostos, a Comissão marcará local, hora e dia, através e-mail dos interessados, para a sessão de abertura dos envelopes **PROPOSTA DE PREÇOS** das empresas classificadas e devolução dos mesmos às empresas **não classificadas**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

17.7 – Havendo qualquer ambiguidade o engenheiro do município poderá dirimir eventuais dúvidas TÉCNICAS, quanto a obra, em momentos solicitados pelo presidente da sessão.

17.8 - Havendo desistência expressa de recurso contra o julgamento da classificação, por parte de TODOS os licitantes (participantes e presentes na sessão), poderá a Comissão, na mesma sessão em que comunicar o resultado da classificação, proceder à abertura dos envelopes PROPOSTA DE PREÇOS das empresas classificadas, ou marcar outra sessão pública especialmente para esse fim.

18. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO/JULGAMENTO DE PROPOSTA

18.1 - Compete à Comissão Julgadora processar, julgar e classificar as propostas.

18.2 - No julgamento das propostas levar-se-ão em consideração o atendimento às especificações do edital e a conformidade com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão competente, sendo a classificação com base no critério de menor preço global, observando-se as seguintes regras:

a) abertos os envelopes proposta, verificar-se-á se todas as propostas atendem os requisitos formais e materiais fixados no edital. As propostas que não atendam às exigências formais e materiais e que ofertarem preços acima do orçamento elaborado pelo Município de Santa Inês/PR serão desclassificadas.

18.3 - A Comissão de Julgamento da Licitação reserva-se o direito de, durante a fase de julgamento, após a abertura dos envelopes **PROPOSTAS**, solicitar se achar necessário das empresas licitantes classificadas a apresentação da **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil do recebimento do pedido.

18.4 - No caso de igualdade dos preços globais entre as propostas, far-se-á a classificação por sorteio público, na mesma sessão, ou em dia e horário a ser comunicado pela imprensa oficial, na forma estatuída no artigo 45, § 2º da Lei nº. 8.666/93.

19. CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

19.1 - A classificação destina-se a verificar se o licitante atendeu as exigências relativas à proposta.

19.2 - Será desclassificada:

a. - Proposta que não atenda às exigências da **EDITAL**;

b. - Proposta com preço excessivo, **com valor superior ao orçamento (planilha orçamentária)** elaborado pela Prefeitura Municipal de Santa Inês/PR ou manifestamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

inexequível, assim considerado, pela Comissão Permanente de Licitações, aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, cuja análise situar-se-á nos termos dos **subitens 18.3.**

c. Proposta que ofereça vantagem não prevista no instrumento convocatório, ou ainda vantagem baseada na oferta das demais licitantes.

d. Proposta que apresente emenda, rasura, borrão, ressalva, entrelinhas ou cláusulas resolutivas, não permitindo sua identificação clara e precisa, de modo que fique prejudicada sua análise.

19.3 - Ocorrendo a desclassificação de todas as licitantes, a Administração poderá solicitar a apresentação de nova **proposta**, escoimada(s) a(s) causa(s) que deu(ram) origem à ocorrência, mantendo-se os valores apresentados.

19.3.1 - Na hipótese de adoção da previsão do **subitem 19.3.**, o procedimento indicado deverá ser levado a efeito no prazo de até 8 (oito) dias úteis, contados do recebimento da notificação por parte da licitante, implicando, ainda, na apresentação de todos os documentos exigidos no **item 16., subitem 16.1., letras, e subitens 16.2. e 16.2.1.**, independentemente do(s) documento(s) que tenha(m) dado causa à desclassificação.

19.4 - Qualquer custo direto ou indireto omitido na proposta ou incorretamente indicado, será considerado como incluso no preço; não serão aceitos pleitos de acréscimos a esse título, devendo a obra ser executada sem custo adicional.

20. HOMOLOGAÇÃO

20.1 - Havendo desistência expressa de recurso(s), por parte de todos os representantes credenciados, contra o ato de inabilitação ou habilitação das licitantes, bem como fase de julgamento, a licitação será homologada.

20.2 - Não se verificando a hipótese colacionada no **subitem** anterior, decorrido o prazo legal sem interposição de recurso(s) contra o ato de inabilitação ou julgamento das propostas, ou decidido(s) aquele(s) interposto(s), a licitação será homologada.

21. ADJUDICAÇÃO

21.1 - Após a publicidade do ato de homologação, o objeto da licitação será adjudicado à licitante classificada em primeiro lugar.

22. RECURSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

22.1 - Dos atos e decisões exarados nesta licitação, bem como em relação ao contrato, caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei nº. 8.666/93, e alterações, sendo os seguintes recursos administrativos (devendo ser observado o prazo, a forma, o processamento e o julgamento disciplinados no Capítulo V da Lei nº. 8.666/93):

a) - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

I. - habilitação ou inabilitação do licitante;

II. - julgamento das propostas;

III. - anulação ou revogação da licitação;

IV. - indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

V. - rescisão do contrato a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

VI. - aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

b) - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

22.2 - A intimação dos atos referidos no item 22.1, incisos I, II, III e V, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, será feita mediante publicação no Diário Oficial do Município, salvo para os casos previstos nos incisos I e II, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

22.3 - Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.4 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

23. DA CONTRATAÇÃO E GARANTIA

23.1 - O objeto da licitação será contratado com a licitante classificada em primeiro lugar. Não sendo celebrado com esta, poderá a **CONTRATANTE** convocar os demais licitantes, obedecendo a ordem de classificação, ou revogar a licitação, nos termos do § 2º, do artigo 64, da Lei nº. 8.666/93, e alterações.

23.2 - A licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

23.2.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela **CONTRATANTE**. Não havendo decisão, o contrato deverá ser assinado até o 10º (décimo) dia da data da convocação.

23.3 - Na retirada da nota de empenho e assinatura do contrato, a empresa adjudicatária cadastrada junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública deverá apresentar declaração de que atende as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, sendo que os comprovantes relativos às regularidades com a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), oferecidos no envelope **DOCUMENTAÇÃO**, deverão estar em plena validade, sob pena de se exigir, para a prática dos atos indicados nos **subitens 23.1., 23.2.**, e, se for o caso, no **subitem 23.2.1.**, a apresentação dos documentos referidos, devidamente revalidados, independentemente de confirmação via Internet, na forma indicada no **subitem 13.6.3.**

23.4 - Em se tratando de empresa adjudicatária não cadastrada junto à Administração Pública, além do cumprimento das exigências estabelecidas no **subitem 23.3.**, impõe-se também, se ultrapassada a validade, a apresentação dos documentos pertinentes à regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Federal) e certidão de débitos trabalhistas; o que, dependendo da possibilidade, igualmente poderá ensejar a confirmação via Internet.

23.5 - Nos termos do §2º, art. 64, Lei nº. 8.666/93, é facultado ao Prefeito do Município de Santa Inês/PR, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da mesma Lei.

23.6 - O contrato a ser firmado entre o Município de Santa Inês/PR e o licitante vencedor (adjudicatário) obedecerá, ainda, todas as demais cláusulas, condições obrigações e responsabilidades expressas na minuta contratual que é parte integrante deste Edital.

23.7 - Recomposição. Excepcionalmente, poderá ocorrer a alteração dos preços ou do valor estipulados no contrato caso o contratado demonstre a ocorrência de alguma(s) das situações previstas na alínea “d”, inciso II, do art. 65 e seu § 6º da Lei nº. 8.666/93 e assim seja julgado por decisão fundamentada do Município de Santa Inês/PR.

23.8 - Na hipótese indicada no item 23.7, caberá ao contratado requerer a recomposição de preços em petição escrita e devidamente fundamentada, acompanhada de planilha de cálculos que indiquem a forma e o critério utilizado para a recomposição dos preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

23.9 - A **CONTRATADA** se obriga a depositar na tesouraria da Prefeitura Municipal de Santa Inês, antes da assinatura do contrato, a título de garantia para cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância correspondente a 5,0% (cinco por cento) do seu valor global, de acordo o art. 6º inciso VI e art. 56 parágrafo segundo da Lei nº. 8.666/93 e com suas posteriores alterações.

23.9.a. Esta garantia poderá ser através de caução em dinheiro (REAL), a título da dívida pública, seguro garantia ou carta fiança bancária.

24. RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

24.1 - A **CONTRATANTE** somente receberá a obra/serviço quando estiver perfeitamente de acordo com o contrato e demais documentos que dele fazem parte.

24.2 - Durante o prazo de observação, que abrange o período entre o recebimento provisório e o definitivo, fica a **CONTRATADA** obrigada a fazer, às suas custas, as substituições e reparações reclamadas em consequência de vícios de construção porventura existentes, que forem identificados nessa fase.

24.3 - Os recebimentos provisório e definitivo da obra processar-se-ão de acordo com as normas vigentes, observados os prazos estipulados no **subitem 7.1., letras “b”, “c”, “d”,** com lavratura dos termos correspondentes.

24.4 - Recebida a obra, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção, solidez e segurança dos trabalhos subsiste na forma da lei.

25. PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS, INDIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E OUTRAS

25.1 - Em caso de recusa injustificada em assinar o Contrato, ou aceitar ou retirar os instrumentos formais a ele correspondente, inexecução do objeto da licitação, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, inadimplemento contratual, e não atendimento às determinações do Município de Santa Inês/PR, a **CONTRATADA** estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada pelas Leis nº. 8.883/94, e alterações.

25.2 - O Licitante que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais multas previstas, nos termos do art. 87, parágrafo 2º da Lei de Licitações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

25.3 - Sem prejuízo das sanções previstas decorrentes de processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos de improbidade administrativa previstas na Lei nº. 8429/92 e atos ilícitos alcançados pela Lei nº. 8666/93, poderão ser aplicadas as sanções previstas pela Lei Federal nº. 12.846/2013 às pessoas jurídicas que praticarem atos lesivos contra a administração pública definidos em seu Art. 5º nos seguintes termos:

25.3.1 - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

25.3.2 - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº. 12.846/2013;

25.3.3 - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados 25.3.4 - no tocante a licitações e contratos:

25.3.4.a - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

25.3.4.b - impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

25.3.4.c - afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

25.3.4.d - fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

25.3.4.e - criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

25.3.4.f - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou;

25.3.4.g - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

25.3.5 - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

26. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

26.1 – A fiscalização da execução do Contrato será realizada nos termos da Lei nº 8.666/93. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços a texto das notas fiscais será o Sr. Paulo Norberto Luisotto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 - Os licitantes devem ter pleno conhecimento dos projetos, memorial descritivo, planilha de serviços e quantitativos (custos unitários e percentuais) e dos demais elementos constantes do EDITAL e ANEXOS, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades dos locais onde será(ão) executada(s) a(s) obra(s).

27.2 - Os licitantes devem levantar/verificar eventuais discrepâncias entre os projetos, memorial e planilha de quantitativos, apresentando-as no momento da visita técnica, não podendo invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

27.3 - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de poder executar, no mesmo local, obras e serviços distintos dos abrangidos no presente **EDITAL**, sem qualquer interferência na obra e serviços objeto desta licitação.

27.4 - *A obra poderá ser objeto de subcontratação somente em parte, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA dar preferência, sempre que possível e justificando a impossibilidade, na subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte.*

27.5 - Quanto à qualidade dos materiais, a **CONTRATADA** obriga-se, de um lado, a pagar as despesas relativas a laudos técnicos e exames em ensaios de materiais a serem empregados na obra, que serão realizados em local determinado pela **CONTRATANTE**, e, de outro, a utilizar os materiais de marcas indicadas ou aceitas pela fiscalização.

27.6 - Os preços para serviços decorrentes de modificações de projeto ou das especificações, para efeito de acréscimos, serão os que houverem sido contemplados no contrato.

27.7 - Toda alteração contratual deverá ser previamente aprovada pela autoridade competente e compromissada por meio de termo de aditamento.

27.8 - É facultada à Comissão Permanente de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.9 - Pela elaboração e apresentação da “**PROPOSTA**”, o licitante não terá direito a auferir vantagem, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

27.10 - A aceitação da proposta vencedora obrigará seu proponente à execução integral do objeto desta **TOMADA DE PREÇOS**, pelo prazo e condições oferecidas, não cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos e/ou serviços não cotados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

27.11 - O preço contratado para execução da obra não será reajustado.

27.12 - A apresentação da proposta por parte dos licitantes implica na aceitação das condições dispostas neste edital.

27.13 - Não caberá desistência de proposta durante o processo licitatório, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pela Comissão.

27.14 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de Licitação.

27.15 - No dia, hora e local fixados neste edital, a comissão de licitação receberá os 2 (dois) envelopes, fechados e inviolados de cada proponente, rubricará juntamente com os representantes, que assim o desejarem, o representante da proponente, se não for membro integrante da diretoria da mesma, e querendo participar ativamente (com poderes legais para representar a proponente) da sessão, deverá apresentar à comissão de licitação a credencial que lhe outorga poderes legais junto à mesma. Esta deverá ser comprovada com firma reconhecida ou através de procuração passada em cartório juntamente com cópia do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. (Modelo de Procuração para participação na abertura dos envelopes)

ANEXO VI;

27.16 - Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma proponente

27.17 - É vedada a participação de uma única pessoa como representante de mais de um licitante.

26.17.a. - O credenciado será o único a intervir nas fases do Procedimento Licitatório respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se mediante a comissão de licitação exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto.

26.17.b. - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o preposto de se manifestar e por ela responder durante os trabalhos licitatórios.

27.18 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

26.19 - Esta licitação poderá ser **anulada** se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou julgamento, e **revogada**, a juízo exclusivo da **CONTRATANTE**, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, nos termos do artigo 49 da Lei no 8.666/93, e alterações.

26.20 - Não poderá participar da presente licitação o interessado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

- a) - que esteja sob os efeitos das sanções disciplinadas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, aplicadas por qualquer dos órgãos ou entes Federais, Estaduais e Municipais de qualquer dos Poderes;
- b) - cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;
- c) - que esteja reunido em consórcio ou coligação;
- d) - que esteja em situação de concordata, falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

26.21 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da obra:

- a) - o autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, ressalvado o disposto no §2º do art. 9º da Lei nº. 8.666/93;
- b) - a empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, ressalvado o disposto no §2º do art. 9º da Lei nº. 8.666/93;
- c) - servidor ou dirigente do MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, bem como a empresa da qual participe direta ou indiretamente.

26.22 - Considera-se participação indireta, para os fins dispostos no item 26.19, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

26.23 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

26.24 - Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Santa Inês/PR.

26.25 - Ocorrendo fato impeditivo estranho ao procedimento licitatório que impeça a realização da sessão pública na data designada no preâmbulo deste Edital, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, independentemente de publicação de novo aviso ou de notificação aos interessados, desde que não haja comunicação da Comissão Permanente de Licitação em contrário.

26.26 - DO EDITAL

26.26.1 - São partes integrantes deste Edital:

I – Anexos - DOCUMENTAÇÃO:

Anexo II - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

Anexo III - Modelo referencial de declaração de regularidade em relação ao Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88 (Declaração de Não Empregar Menor);

Anexo IV – Modelo de Atestado de Visita Técnica;

Anexo V – Modelo de Credenciamento para Visitação da Obra;

Anexo VI – Modelo de Procuração para participação na abertura dos envelopes;

Anexo VII – Modelo de Declaração de enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014 (Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte);

Anexo VIII – Modelo de Declaração do licitante de que recebeu toda a documentação relativa a Tomada de Preços supramencionada e que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

Anexo XIII - Minuta do contrato;

II – Anexos - PROPOSTA:

Anexo I - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IX- Modelo de Declaração expressa de que o preço proposto inclui todos os custos e despesas;

Anexo X – Modelo de Declaração de atendimento a Tomada de Preços nº 002/2018 e de conhecimento de todas as cláusulas e condições expressas na Minuta do Contrato;

Anexo XI – Planilha Orçamentária;

Anexo XII – Cronograma Físico Financeiro

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital (Tomada de Preços nº 002/2018) que ficará à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Santa Inês/PR no endereço constante no preâmbulo deste, e o aviso de licitação será publicado no *Diário Oficial da União, Jornal de circulação regional e será publicado no site oficial www.santaines.gov.br da Prefeitura Municipal de Santa Inês e no site www.tribunaldecontas.gov.br do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.*

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Inês, Estado do Paraná, Três dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito (03/10/2018).

BRUNO VIEIRA LUVISOTTO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(Apresentar em papel timbrado da empresa)

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

_____ (local), __ de _____ de 2018.

Ao
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR
Comissão Permanente de Licitação

Ref: Tomada de Preços nº 002/2018

OBJETO: Contratação de uma empresa visando a realização de obra de engenharia, sob o regime de empreitada global com execução por preço unitário, compreendendo material e mão de obra, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA DAR CONTINUIDADE AO CONTRATO Nº 027/2014, DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, QUE TEM COMO OBJETO A REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E ADJACENCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AO PROCESSO Nº 2613.1011575-80 DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 795554/2013/MTUR/CAIXA**, tudo em acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais projetos pertinentes aprovados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Prezados Senhores:

Nosso preço global para o fornecimento de material e execução das obras objeto Reforma do terminal rodoviário municipal e adjacências do município de Santa Inês, acima mencionado é de R\$ _____ (_____) e será executada inteiramente de acordo com o Projetos e documentos pertinentes, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de SANTA INÊS/PR e aprovados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

DECLARAÇÕES

1. Declaramos que o preço global por nós ofertado será para executar a obra conforme todas as exigências do Projeto Executivo disponibilizado e descrito no Edital.
2. Declaramos que entregaremos a obra dentro do prazo de **05 (cinco) meses**, conforme estipulado em edital.
3. Declaramos que estamos de acordo com os itens referentes ao cronograma-físico financeiro, prazos, medições e pagamentos parciais.
4. Declaramos que o preço unitário e o preço global da proposta compreendem todas as despesas relativas à completa execução dos serviços projetados e especificados, incluso o fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessários, encargos sociais, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e licenças inerentes.
5. Declaramos que o prazo de validade para a nossa proposta é de **60 (sessenta) dias**.
6. Declaramos que o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) utilizado é de _____% (_____) por cento.

À elevada consideração de V. S.as.

(nome e assinatura do responsável legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(Apresentar em papel timbrado da empresa)

ANEXO II

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ao
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR
Comissão Permanente de Licitação

Ref: Tomada de Preços nº 002/2018

A empresa....., CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, interessada em participar da **TOMADA DE PREÇOS nº. 002/2018**, promovida pelo MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR, **DECLARO** sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações que, em relação à empresa mencionada acima, inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta, Indireta ou Autárquica.

_____ (local), __ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(Apresentar em papel timbrado da empresa)

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE EM RELAÇÃO AO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CF/88

Ao
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR
Comissão Permanente de Licitação

Ref: Tomada de Preços nº. 002/2018

A empresa....., CNPJ
n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do
CPF n.º , interessada em participar da **TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018**,
promovida pelo MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR, *DECLARA* sob as penas da Lei Federal nº.
8.666/93 e suas alterações que, nos termos do § 6º, do artigo 27, da Lei nº. 6.544, de 22 de Maio
de 1989, a (razão social da proponente) encontra-se em situação regular perante o Ministério do
Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, artigo 7º, da Constituição
Federal Brasileira e ainda ao item 6.2., “e”, declaramos que a empresa não emprega menor de 18
(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em
qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____ (local), __ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)

Obs1: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

ANEXO IV

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018

Objeto: Contratação de uma empresa visando a realização de obra de engenharia, sob o regime de empreitada global com execução por preço unitário, compreendendo material e mão de obra, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA DAR CONTINUIDADE AO CONTRATO Nº 027/2014, DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, QUE TEM COMO OBJETO A REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E ADJACENCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AO PROCESSO Nº 2613.1011575-80 DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 795554/2013/MTUR/CAIXA**, tudo em acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais projetos pertinentes aprovados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, tudo em acordo com as disposição contidas na Lei nº. 8.666/93 e respectivas alterações e demais normas regulamentares da matéria e constantes deste Edital e seus anexos.

Data de abertura pública: 26/10/2018 – 14h:00m

Em cumprimento ao estabelecido no Ato convocatório, DECLARAMOS, para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, representada neste ato pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador da Carteira de Identidade sob o nº. _____, realizou nesta data visita técnica e inspeção prévia nos locais e cercanias, tomando conhecimento de todos os aspectos relevantes que possam influir direta ou indiretamente na execução da obra de engenharia, ficando ciente de todas as condições a serem consideradas na formulação da proposta financeira, referente ao Ato convocatório supra mencionado.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Santa Inês/PR, XXX de outubro de 2018.

Assinatura do responsável (preposto do Município de Santa Inês/PR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(Apresentar em papel timbrado da empresa)

ANEXO V

MODELO DE CREDENCIAL VISITAÇÃO DA OBRA

Referente: Edital Tomada de Preços nº. 002/2018.

A Firma/Empresa _____, sediada na rua _____, nº _____, _____ Cidade _____, Estado _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.) sob o nº _____, por seu representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário, etc.), constitui, para fins de **VISITA AO LOCAL DA OBRA**, na forma dos itens 10,11 e 12 deste edital TOMADA DE PREÇOS nº. 002/2018, respectivamente, o Senhor (a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador da Carteira de Identidade sob o nº. _____ (ou outro documento de identificação), podendo para tanto praticar todos os atos necessários à concretização da finalidade e, em nome desta, representá-la.

_____ (local), __ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(Apresentar em papel timbrado da empresa)

ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

Ao
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR
Comissão Permanente de Licitação

Ref: Tomada de Preços nº 002/2018

Proponente:

Razão Social

CNPJ nº.

PROCURAÇÃO

Na qualidade de representante legal da empresa acima qualificada (Diretor, Gerente Proprietário, etc.), venho por meio deste instrumento de procuração, indicar o(a) Sr.(a), documento de identidade nº, CPF nºcomo representante autorizado a praticar todos os atos necessários à nossa participação no certame licitatório **Tomada de Preços n. 002/2018**, podendo para tanto, inclusive com amplos poderes, participar da abertura dos **ENVELOPES: DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA**, prestar esclarecimentos, interpor e renunciar a recursos, receber intimações, notificações, concordar e discordar, renunciar, assinar, declarar e desempenhar tudo quanto for pertinente ao mandato que lhe é conferido por este instrumento.

LOCAL E DATA

NOME/ASSINATURA E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

*****A ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE ESTAR RECONHECIDA EM CARTÓRIO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(Apresentar em papel timbrado da empresa)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006

Ao
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR
Comissão Permanente de Licitação

Ref: Tomada de Preços nº. 002/2018

_____, sediada na rua_____, n._____,(cidade), __ (Estado), inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n. ____ e do CPF n. _____, e do seu contador, o(a) Sr(a) _____, portador do CRC n. _____, **DECLARA EXPRESSAMENTE**, para fins de participação na licitação TOMADA DE PREÇOS N. 002/2018, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que:

A) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014.

B) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº.123/2006 e alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014.

(Data)

(Representante legal – carimbo do CGC)

***Esta declaração deverá ser entregue dentro do envelope DOCUMENTAÇÃO e estar devidamente assinada pelo REPRESENTANTE LEGAL.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

OBS.: Esta declaração deverá pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014 **anexando também** a Certidão da Junta Comercial comprobatório de seu enquadramento como ME ou EPP, conforme artigo 8º da DNRC nº 103 de 30/04/2007, **com data de emissão não superior a 60 dias consecutivos** e/ou Comprovação de Inscrição como Optante pelo Simples Nacional.

(Apresentar em papel timbrado da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU DOCUMENTAÇÃO E TOMOU CONHECIMENTO DO EDITAL

Ao
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR
Comissão Permanente de Licitação

Ref: Tomada de Preços nº. 002/2018

_____, sediada na rua_____,
n._____(cidade), __ (Estado), inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de
seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de
Identidade n. _____ e do CPF n. _____, e do seu contador, o(a) Sr(a) _____, portador do
CRC n. _____, **DECLARA** que recebeu toda a documentação relativa a Tomada de Preços
supramencionada e que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o
cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

_____(local), __ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(Apresentar em papel timbrado da empresa)

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREÇOS PROPOSTO/CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS

Ao
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR
Comissão Permanente de Licitação

Ref: Tomada de Preços nº. 002/2018

_____, sediada na rua_____,
n._____(cidade), __ (Estado), inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de
seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de
Identidade n. _____ e do CPF n. _____, e do seu contador, o(a) Sr(a) _____, portador do
CRC n. _____, **DECLARA EXPRESSAMENTE**, de que o preço proposto inclui todos os
custos e despesas com material, equipamento, ferramenta, mão-de-obra, locomoção, transporte,
hospedagem, seguro, leis sociais, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os
custos diretos e indiretos necessários à execução completa do objeto deste Edital

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

_____(local), __ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

(Apresentar em papel timbrado da empresa)

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DA MINUTA DO CONTRATO

Ao
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR
Comissão Permanente de Licitação

Ref: Tomada de Preços nº. 002/2018

_____, sediada na rua____,
n.____,(cidade), __ (Estado), inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de
seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de
Identidade n. _____ e do CPF n. _____, e do seu contador, o(a) Sr(a) _____, portador do
CRC n. _____, **DECLARA EXPRESSAMENTE**, de atendimento a todas as especificações do
objeto da Tomada de Preços nº. **002/2018** e de conhecimento de todas as cláusulas e condições
expressas na Minuta do Contrato

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

_____(local), __ de _____ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

ANEXO XI

PLANILHA ORÇAMENTARIA

**FORNECIMENTO NO SITE E NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICIPIO,
OU POR E-MAIL**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

ANEXO XII

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

**FORNECIMENTO NO SITE E NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICIPIO,
OU POR E-MAIL**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA DAR CONTINUIDADE AO CONTRATO Nº 027/2014, DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, QUE TEM COMO OBJETO A REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E ADJACENCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AO PROCESSO Nº 2613.1011575-80 DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 795554/2013/MTUR/CAIXA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/PR E A EMPRESA

Pelo presente instrumento de prestação de serviços sob o regime de execução por preço global, que entre si celebram: o **MUNICÍPIO DE SANTA INÊS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Governador Munhoz da Rocha nº. 200, Centro, nesta cidade de Santa Inês, inscrito no CNPJ-MF sob o nº. **78.092.293/0001-71**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **BRUNO VIEIRA LUVISOTTO**, brasileiro, agente político, inscrito no CPF sob o nº. **054.482.119-09**, e portador da Carteira de Identidade sob o nº. **9.262.814-0/SSP-PR**, residente na Rua Joaquim Campos, nº. 105, bairro Centro, nesta cidade de Santa Inês, Estado do Paraná, neste ato designado simplesmente de **CONTRATANTE** e, **XXXXXXXXXX**, empresa de direito jurídica, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº. **XXX**, Bairro **XXXXXXXXXX**, nesta cidade de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Estado do Paraná. inscrita no CNPJ-MF sob o nº. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), empresário (a), inscrito(a) no CPF sob o nº. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e portador(a) da Carteira de Identidade sob o nº. **XXXXXXXXXXXX/SSP-XXX**, residente na Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº. **XXXX**, Bairro **XXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXX**, Estado do Paraná, neste ato designado simplesmente de **CONTRATADA**, observado o dispositivo na Lei nº. 8.666/93, e **Tomada de Preços nº, 002/2018**, ficam justos e contratados sob as cláusulas e condições seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

O presente contrato tem fundamento no procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 002/2018, cuja homologação e adjudicação do objeto, deu-se a favor da empresa ora CONTRATADA obedecida as normas dispostas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato tem como objetivo a contratação de uma empresa visando a realização de obra de engenharia, sob o regime de empreitada global com execução por preço unitário, compreendendo material e mão de obra, *Empresa Especializada na Execução de* **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA DAR CONTINUIDADE AO CONTRATO Nº 027/2014, DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, QUE TEM COMO OBJETO A REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E ADJACENCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AO PROCESSO Nº 2613.1011575-80 DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 795554/2013/MTUR/CAIXA**, tudo em acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais projetos pertinentes aprovados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS DE EXECUÇÃO

O regime de execução da obra e serviços especificadas na **CLÁUSULA SEGUNDA** será indireto, na modalidade de sob o regime de empreitada global com execução por preço unitário, compreendendo material e mão de obra, ficando a **CONTRATADA** responsável pelo fornecimento de material e mão de obra.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de acordo com os respectivos projetos, observando as normas técnicas exigidas, material, mão-de-obra e o estabelecido nos documentos infra mencionados, integrantes do processo de licitação e agora deste instrumento, como se transcrito fossem em sua íntegra:

- a) Tomada de Preços nº. 002/2018;
 - b) Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Projetos, especificações de serviços e materiais, e demais documentos pertinentes.
- c) Proposta de preços da Contratada.

A CONTRATADA se obriga a realizar as obras, objeto deste contrato, dentro da melhor técnica, devendo dispor no local de todo equipamento necessário, e o que se fizer necessário ao desenvolvimento do cronograma físico proposto, ainda que não relacionados totalmente na proposta, prestando rigorosa observância às normas, ordens e instruções de fiscalização,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

observando quanto aos materiais o critério de melhor qualidade e resistência, e quanto aos cálculos, as normas técnicas rigorosamente em vigor.

No que se refere aos materiais, o controle de sua qualidade será feito pela fiscalização do Município de Santa Inês/PR e, em concordância com normas específicas e aprovação final do Gestor da obra especialmente designado para tal.

Caso a CONTRATADA utilize material sem a prévia fiscalização, os serviços serão desfeitos e refeitos novamente utilizando-se os materiais aprovados, não havendo por isso qualquer indenização ou compensação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

Liberar as áreas destinadas ao serviço; empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro; proceder às medições periódicas dos serviços efetivamente executados;

Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto na contratação;

Acompanhar e fiscalizar por um representante da Administração especialmente designado, a execução dos serviços ora contratados;

Averiguar as condições e a qualidade dos serviços de engenharia que serão entregues e se os mesmos atendem ao exigido na Cláusula Terceira deste instrumento.

Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços de engenharia que estiverem fora do prazo das especificações previstas nesta contratação.

DA CONTRATADA:

Arcar com todas as despesas referentes ao fornecimento de materiais, mão-de-obra (especializada ou não), máquinas, ferramentas, equipamentos, transporte em geral, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que se apresentarem e se fizerem necessárias;

Observar a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente, as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitadas, nos locais dos serviços, a disciplina, a segurança do trabalho e as regras de higiene estabelecidas na legislação em vigor;

Manter os locais de trabalho permanentemente limpos e desimpedidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, por si e/ou seus prepostos;

Executar os serviços de acordo com o estipulado na Cláusula Terceira deste instrumento;

Facilitar todas as atividades da CONTRATANTE, fornecendo informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução;

Atender prontamente às reclamações da CONTRATANTE, executando, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não atenderem as especificações/normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;

Submeter-se ao controle periódico das atividades constantes do Cronograma Físico-Financeiro, atendendo às convocações da CONTRATANTE;

Sempre que solicitada, apresentar os ensaios dos materiais que estiverem sendo utilizados nas obras;

Cumprir todas as normas de segurança do trabalho e manter permanentemente um posto de primeiros socorros para atendimento de eventuais acidentes, a cargo de pessoa habilitada e com disponibilidade de condução;

Manter a guarda e a vigilância da obra/serviços até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, inexistindo, por parte da CONTRATANTE, qualquer responsabilidade por furtos, roubos, extravios ou deteriorações;

Responsabilizar-se por quaisquer diferenças, erros ou omissões em informações que vier a fornecer à **CONTRATANTE**;

Entregar os serviços no prazo estipulado neste instrumento.

Manter controle de jornada dos funcionários e fornecer sempre que solicitados pela Administração Municipal.

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A contratada é obrigada a recolher todos os encargos trabalhistas e previdenciários, seja de seus funcionários registrados ou prestadores de serviços eventuais e/ou contínuos.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL E FORMA DE PAGAMENTO

Pelos serviços contratados e efetivamente executados o CONTRATANTE pagará a
CONTRATANTE o VALOR GLOBAL de R\$
_____;

O pagamento será efetuado através de medições parciais, em moeda corrente do país, após a expedição do Termo de Recebimento Parcial vistado pelo gestor responsável pela fiscalização do contrato e em acordo com cronograma do Município de Santa Inês/PR.

Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços, inclusive mão de obra e material

CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO E MANUTENÇÃO

RECEBIMENTO PROVISÓRIO - Será feito em caráter provisório o recebimento das obras e serviços pelo responsável por seu acompanhamento/fiscalização e/ou Comissão de Vistoria, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias corridos de comunicação escrita da conclusão da obra por parte da **CONTRATADA**;

O recebimento DEFINITIVO da obra processar-se-á de acordo com as normas vigentes, observados os seguintes prazos com lavratura dos termos correspondentes:

a) - Para **observação** da obra: 30 (trinta) dias corridos, contados do **recebimento provisório**;

a.1) - Durante o prazo de observação, que abrange o período entre o recebimento provisório e o definitivo, fica a **CONTRATADA** obrigada a fazer, às suas custas, as substituições e reparações reclamadas em consequência de vícios de construção porventura existentes, que forem identificados nessa fase.

b) - Para **recebimento definitivo**, até 15 (quinze) dias corridos após o decurso do prazo de observação, nos termos do artigo 73, I, “b”, da Lei n.º. 8.666/93, e alterações, **considerando esta data como término da obra**.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço e dos materiais empregados, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos no contrato e nas leis pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

O Município de Santa Inês/PR, rejeitará, no todo ou em parte, a obra / serviço executado em desacordo com o contrato.

A CONTRATADA se obriga a desfazer e refazer dentro do prazo assinalado pelo Município, qualquer dos serviços que, a juízo de fiscalização, apresente defeito ou erro de execução.

Recebida a obra, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção, solidez e segurança dos trabalhos subsiste na forma da lei.

A **CONTRATANTE** somente receberá a obra/serviço quando estiver perfeitamente de acordo com o contrato e demais documentos que dele fazem parte.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados a partir da data da assinatura do mesmo.

Os serviços contratados deverão ser concluídos dentro do prazo de **05 (cinco) meses** contados do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO respectiva.

À CONTRATADA será facultado pedir prorrogação de prazo somente quando ocorrer interrupção dos serviços determinada por um dos seguinte atos ou fatos:

- a) - falta de elementos técnicos para o andamento dos trabalhos, quando o fornecimento deles couber ao CONTRATANTE;
- b) - ordem escrita do CONTRATANTE para restringir ou paralisar os serviços no interesse da administração;
- c) - motivo de força maior.

Nos casos acima mencionados, o requerimento da CONTRATADA deverá ser protocolado em prazo não superior a 30(trinta) dias corridos da data do ato, fato ou evento alegado como causa do atraso.

As prorrogações autorizadas serão concedidas independente de alteração contratual, mas sempre precedidas de comunicação escrita do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão através de recursos consignados na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

- **Do Governo Federal - PROCESSO Nº 2613.1011575-80 DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 795554/2013/MTUR/CAIXA** As despesas decorrentes do presente Contrato de Repasse correrão pelo GOVERNO FEDERAL através do MINISTÉRIO DO TURISMO e por intermédio da CAIXA EXONOMICA FEDERAL, nota de Empenho nº. 2013NE801273, emitida em 12/12/2013;
- Unidade Gestora 540007;
- Gestão 00001;
- Plano de Trabalho 23695207610V0 001

- **Do Município via Contrapartida Municipal:**

| Código da Despesa | Fonte | Descrição |
|---|--------------|--|
| 08.002.15.451.0010.1.034.4.4.90.51.00.00. | | — REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E ADJACENCIAS |
| 449051 (100) | | - Obras e Instalações |

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos, além das situações previstas na Lei Federal nº. 8666/93:

- a) - por mútuo acordo entre as partes;
- b) - por iniciativa do Município, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer:
 - falência ou concordata;
 - descumprimento pela CONTRATADA de qualquer cláusula contratual;
 - atraso no cronograma dos serviços, por motivo não justificado, se superior a 30 (trinta) dias.

Na hipótese da ocorrência da rescisão a CONTRATADA receberá o valor dos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES/PRORROGAÇÕES

DA ALTERAÇÃO – Qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade (supressão ou acréscimo), poderá ser determinada pela Administração Pública ou por acordo das partes nos casos previstos no artigo 65, I e II, da Lei nº. 8.666/93, observado o limite estabelecido no parágrafo primeiro do referido dispositivo legal.

Toda alteração ou prorrogação deverá ser procedida pôr termo aditivo atendido ao disposto nos art,s. nº. 57 e 65 da Lei nº. 8.666, de 21 de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II, do Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93 a Contratada poderá incorrer nas seguintes multas:

- a) - 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso na entrega do objeto licitado ou se a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer outra cláusulas do respectivo contrato;
- b) - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se por culpa da CONTRATADA for o mesmo rescindido, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

Os valores acima mencionados serão atualizados à época da infração contratual.

O valor referente às multas será descontado do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA.

As multas previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, além da aplicação da multa prevista no item 11.1 deste Edital, poderá a CONTRATANTE, garantida prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em processo administrativo, aplicar as seguintes sanções à contratada:

- a) - Advertência;
- b) - Suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE em função da natureza e da gravidade da falta cometida, sendo:
 - a.1) - Por 6 (seis) meses - quando a contratada incidir em atraso de obra ou serviços que lhe tenham sido adjudicados, através de licitação, ou recusar, injustificadamente, assinar o contrato ou recusar a cumprir com a proposta apresentada no processo licitatório.
 - a.2) - Por 1 (um) ano - quando a contratada fornecer material(is) de qualidade inferior ou diferente das especificações contidas no contrato.
 - a.3) - Por até 2 (dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos à CONTRATANTE.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE, considerando para tanto, reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade, bem como, por desacato a servidor da CONTRATANTE.

O ato de declaração de inidoneidade, será proferido pelo Prefeito Municipal e publicado no Diário Oficial do Estado, e perdurará enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a contratada ressarcir à CONTRATANTE os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Sem prejuízo das sanções previstas decorrentes de processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos de improbidade administrativa previstas na Lei nº. 8.429/92 e atos ilícitos alcançados pela Lei nº. 8.666/93, poderão ser aplicadas as sanções previstas pela Lei Federal nº. 12.846/2013 às pessoas jurídicas que praticarem atos lesivos contra a administração pública definidos em seu Art. 5º.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Inês, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os eventuais litígios oriundos do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O contrato poderá ser rescindido nos termos da cláusula nona, atendida a conveniência administrativa na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidas com base na Lei nº. 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que dela não se faça menção expressa, bem como na Legislação que rege as normas Administrativas.

A presente contratação vincula-se em todos os seus termos ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos legais, perante 02 (duas) testemunhas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Inês, Estado do Paraná, aos XXX dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (0XX/10/2018).

MUNICÍPIO DE SANTA INÊS
BRUNO VIEIRA LUVISOTTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CGC. Nº 78.092.293/0001-71

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG:

CPF:

NOME:

RG:

CPF: